



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DEMARCADORES E CONFLITOS TERRITORIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MAÇAMBIQUE (CANGUÇU-RS)

Solange de Oliveira
Mestranda em Geografia
FURG- Universidade Federal de Rio Grande
E-mail: Solange.oliveira83@yahoo.com

INTRODUÇÃO

O trabalho busca através da comunidade de Maçambique- Canguçu, explicar algumas questões referentes a consolidação do território por (ex)escravos, advindos das fazendas e estâncias da região, a expropriação de terras, e a invasão do pinus nas áreas cultiváveis da comunidade. O texto também enfatiza a questão territorial da comunidade delimitada por eles, por meio de codificações ou “marcas de um tempo vivido” por seus ancestrais negros, a qual se reestrutura através da memória coletiva da comunidade, principalmente dos mais velhos.

Através de uma breve contextualização histórica, é possível entender o mecanismo a qual se estruturou a região, onde hoje se localiza a Comunidade de Maçambique. Os fatos do passado explicam a grande concentração de comunidades negras na metade sul e em Canguçu, onde se concentram dez territórios negros. A Serra dos Tapes teria sido no passado um ponto de resistência escrava, por ser um local de difícil acesso, e também distante o bastante para ficarem protegidos e perto para interagirem com comerciantes e outros.

Através de narrativas com membros da comunidade está se chegando num grande número de codificações, que se liga a história sobre os moradores que teriam dado início a comunidade. Codificações simbólicas que remetem um tempo passado e ao mesmo tempo indica o direito de posse das terras pala comunidade. Também é possível compreender como o território se consolidou, ou seja, como essas famílias adquiriram as terras onde vivem. Através de doação, herança, compra formação de pontos de resistência. O que se tem de concreto é um grande número de relações entre a classe senhorial da região e escravos, (filhos de criação e mães solteiras, que teria relação com a classe senhorial).

Assim como em outras comunidades, Maçambique apresenta pequenas porções de terras, se for compará-las às de famílias brancas. Isso se dá ao fato da grande



expropriação de terras, até agora. Os mecanismos de expropriação são diversos, inclusive aproveitando-se da fragilidade econômica e a falta de estudos das famílias. Como prova do esbulho na área se tem relatos de alguns moradores da comunidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO

No RS, há aproximadamente 160 comunidades negras buscando o auto-reconhecimento como quilombola, sendo que destas, 69 já procuraram obter a regularização fundiária¹ pelo INCRA, segundo dados de 2009, muitas localizadas no sul do estado. Somente em Canguçu há 10 comunidades, e, são elas; Armada, Estância da Figueira, Cerro das Velhas, Manoel do Rego, Iguatemi, Favila, Passo do Lourenço, Cerro da Vigília, Potreiro Grande e Maçambique localizadas nas Serras dos Tapes. Esta última, faz parte das comunidades já certificada pela Fundação Palmares em 2009, possui 56 famílias distribuídas em uma área intercalada por famílias não quilombolas. Ela apresenta uma grande rede de parentesco a qual se buscando a genealogia. Ao que tudo indica essas famílias negras são descendentes de escravos ex-escravos das regiões das charqueadas, estâncias e da feitoria do Linho Cânhamo que por algum tempo esteve presente na região.

Como se sabe, a metade sul do Brasil esteve por vários anos invisível aos colonizadores portugueses, devido ao clima e as condições desfavoráveis a plantação aos cultivos da época (ZARTH, 2002). As terras foram ocupadas, apenas após implementação do comércio do Prata, onde se tinha a ameaça de invasão dos espanhóis na região pertencente aos portugueses. Devido a grande extensão de pastagem, foi inerente a proliferação do gado deixado pelos Jesuítas, na região e não demorou muito para chamar a atenção de alguns bandeirantes paulistas, e militares que mais tarde se estalariam na região concentrando um grande número de estâncias.

Conseqüentemente o grande número de animais na região, fez surgir na metade sul do RS, um grande pólo Charquerista, concentrando-se nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Piratini, São Lourenço e Jaguarão. A mão-de-obra era escrava, e, se tinha plantéis de 80 ou mais escravos que dividiam-se entre a produção do charque e na entressafra com a produção agrícola ou de material de construção das casas no meio

¹ Emite os respectivos títulos e registros das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, como prevê o artigo 68 ADCT no decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.



urbano. (GUTIERREZ, 1993). O trabalho era contínuo e as condições insalubres sendo considerados por muitos na época, lugar semelhante ao inferno, que servia de castigos para escravos rebeldes de outras regiões (AL-ALAM, 2008). Nas áreas de serras se consolidou, nos primeiros anos, uma população esparsa já que a geografia do local não favorecia a criação de animais. Tem-se registros de chácaras, e de quilombos, coincidindo com o grande número de negros na região, ou seja, um forte ponto de resistência escrava.

No local de mata densa e terreno íngreme consolidava-se um ponto de refugio para os negros advindos em grande parte das Charqueadas. O mais famoso seria o quilombo itinerante de Manuel Padeiro, composto por vários integrantes como...

[..] Manuel Padeiro, general do quilombo; João Juiz de paz; Alexandre Moçambique, capitão; pai Mateus; Mariano crioulo; Antonio mulato; Antonio cabinda; ou cabinda; pai Francisco, congo; Francisco Moçambique; Benedito Moçambique João, cozinheiro e africano; e a mulata rosa.[...] (MAESTRI, 1996, p.307)

O bando era bem organizado, saqueavam algumas chácaras e mantinham relações complexas com taberneiros e outros comerciantes da época, e, com escravos das charqueadas. Hoje é possível perceber o quanto foi grande a demanda de mão-de-obra escrava no sul. A um elevado número de comunidades negras na metade sul do estado, em consequência do trabalho no passado, bem como a chegada dos imigrantes europeus no norte do RS, que se estabeleceram nos melhores lotes de terras, cedidos pelo governo, empurrando uma parcela de índios e negros para outras regiões, desfavoráveis a agricultura.

Em 1762 ocorreu a invasão de Rio Grande pelos Espanhóis, muitas famílias se viram obrigadas a migrarem para locais mais distantes e de difícil acesso, concentrando-se nas serras dos Tapes. Neste período Canguçu serviu como ponto estratégico na luta contra as tropas espanholas. Época em que as terras do município passaram a ser atravessadas por homens paulistas e dragões que enfrentavam os espanhóis. Uma das estâncias, em Canguçu, de Luis Marques serviu com base militar das tropas portuguesas, neste período, onde Rafael Pinto Bandeira reforçado pelos dragões de Rio Pardo, que se posicionaram estrategicamente devido à altitude do local. Após o acontecido, muitas sesmarias foram concedidas aos militares combatentes na guerra.



Na região mais especificamente, a área onde hoje se localiza o município de Canguçu, passou a ser povoado a partir da criação da base militar na cidade de Rio Grande, criando assim um dos caminhos, considerando o mais antigo, de ligação entre a base militar e as outras cidades do norte do estado. (BENTO, 1976). Além disso, era rota de escoamento da produção de Charque que era distribuído para outros estados. A partir desse fato se consolidou uma série de vilarejos que dariam início mais tarde a cidade.

Mas tarde se iniciou o povoamento de Canguçu que teve como marco inicial a instalação, entre 1783 e 1788, no chamado “Canguçu velho”, a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu. A principal economia da região se dava em função dessa atividade e da pecuária, sustentado pela mão-de-obra negra, os quais somavam, nos primórdios do empreendimento, cerca de 70 escravos, advindos de regiões variadas.

Através da breve contextualização histórica feita, se tem uma base de como constituíram-se os grupos negros na região da serra do Sudeste (Serra dos Tapetes) como é conhecida. As Charqueadas atreladas a Companhia do Linho Cânhamo e as chácaras das regiões contribuíram para a chegada de um grande contingente negro de várias etnias que se espalharam pelo Rio Grande do Sul. Até bem pouco tempo a historiografia mantinha na invisibilidade a presença negra no Rio Grande do Sul. Foi a partir da década de 90, que autores passaram a enfatizar o trabalho escravo e o grande número de cativos trabalhadores nas regiões sulinas. Nos grandes centros urbanos ultrapassavam a população urbana.

TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA DA COMUNIDADE

A consolidação de um território se dá por meio da ação de um determinado grupo social, que se apropria de um local específico e ali passam a interagir com os outros membros formando uma rede sociológica concreta. Será neste território que os indivíduos criaram um sentimento de afetividade e consolidaram relações leais, de cumplicidade, reciprocidade, e parentesco. As comunidades negras rurais chamadas hoje de quilombos, em prol do reconhecimento de seus direitos sobre a terra, apresentam essas relações de afetividade ao território em que vivem. Esses locais vão ser quase sempre delimitados por marcas de um tempo vivido (passado). Segundo Rita Laura Segato. *Território é espaço apropriado, traçado, percorrido, delimitado. É um âmbito sob o controle de um sujeito individual ou coletivo, marcado pela identidade de*



sua presença e, portanto, indissociável das categorias de domínio e de poder” (SEGATO, 2005, p. 03) A autora ainda ressalta que não há território sem indivíduos que o apossam e vice versa, dessa forma compreende-se que o homem da a origem ao território e o mesmo dá sustentação para o homem serve como refugio, lugar organizado com características dos indivíduos que ali situam-se.

Segundo a constituição federal os membros das comunidades devem se auto-reconheceres quilombolas e ser dotados de relações territoriais. Que relações seriam essas? Algo a mais do que simplesmente a prática da agricultura, seria a demarcação do local por seus próprios meios, defendendo assim o lugar onde em alguns casos seus ancestrais se fizeram presentes. Nas comunidades quilombolas a delimitação do território se da por meios materiais e imateriais. No caso das comunidades quilombolas e Indígenas essas marcas se tornam ferramentas que são levadas em consideração para futuras demarcações de área e registro dessas. Isso lhes dá o direito a terra já que em grande parte foram expropriados e escanteados durante vários anos.

Na consolidação de um território simbólica-cultural (HAESBAERT, 2004) nos diz que a delimitação se dá através de traços étnicos, sendo consolidado pela consangüinidade entre as famílias, contendo fortes laços de afetividade, quase sempre no meio rural e podem apresentar lugares considerados importantes para seus moradores como resgate de um tempo vivido ou até mesmo sagrados para eles. Isso não significa que os moradores vivam isolados do resto da sociedade, bem pelo contrario eles interagem, mas resguardam seus mitos e valores, passados a varias gerações.

Para (CLAVAL, 2001) território pode ser entendido como um dado espaço onde cada sociedade ou grupo demarca sua área de convívio passando a valorizá-lo e organizando-o de forma a atender seus interesses, impondo suas características. Essa demarcação do território se dá em locais onde já existe certo enraizamento por parte dos moradores através de fatores históricos, étnico-culturais e míticos. Esses povos julgam esses territórios como sagrados, e passam a batizá-los, denominando-os, fato que é comum entre moradores das comunidades, forte ligação com o passado e ao local onde vivem.

A comunidade tem apresentado, ao longo da pesquisa, diversos objetos, resquícios de tempos antigos, remetendo a ancestralidade escrava dos moradores. Taperas, cemitérios, cacimbas, matas preservadas, topônimos referentes a famílias



tradicionais e ao próprio quilombo bem como as fazendas entre outros, consolidam a territorialidade da comunidade de Maçambique. O território se delimita por essas codificações que são desvendadas através da memória dos moradores mais velhos (anciões) da comunidade.

A busca e a interpretação da memória coletiva, das famílias da comunidade, ajuda entender os diversos mecanismos utilizados por escravos e ex-escravos, para manterem seu território, apesar das diversas investidas expropriatórias no transcorrer do tempo. A memória neste caso, torna-se uma ferramenta de investigação, ligando passado ao presente, e uma fonte de recursos a partir da qual são construídos projetos futuros para a comunidade quilombola. Segundo o autor abaixo, a memória é o principal suporte por meio do qual os indivíduos reelaboram sua identidade :

“Porque a coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá a lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga a cada um a se lembrar e reencontrar o pertencimento princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja interiormente” (NORA, 1997, p. 18)

Uma das principais maneiras de acessar essa memória tem sido percorrer o território com membros da própria comunidade, que nos indicam no percurso, locais de antigas roças ou de sociabilidade familiar, lugares em que ocorrem experiências com entes de outros níveis de existência, etc. Este procedimento nos permite apreender o significado destes objetos e lugares, além de observarmos as tensões entre lembrança e esquecimento que perpassam os diálogos com nossos interlocutores. E nesse sentido que concordamos com os autores abaixo quando afirmam ...

...que é possível falar numa memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento.(SILVEIRA; LIMA, 2005, p. 39)

No entanto, essas narrativas guardadas na memória, muitas vezes dos mais idosos da comunidade, vem impregnadas de histórias míticas, assombrações, tesouros enterrados entre outros que no fundo apresentam certa lógica. Para eles é uma forma de ver mundo e trazer a história a sua maneira para o futuro. Esses fatos interpretados levam a entender mecanismos de apropriação, consolidação e permanência das famílias



nas comunidades. Para o José Carlos Gomes dos Anjos “*Essas narrações, contudo, não se situam nem no domínio do mito nem no da história, mas na intercessão de ambos, em um processo que leva da História ao mito através do trabalho da memória*” (ANJOS, 2004, p.65)

O mítico revela muito da história das famílias e do local, fundamentando assim o direito ao pleito da terra. No caso da comunidade, temos como narrativa principal a história de Maçambique, que deu origem ao nome da comunidade. Essa narrativa demarca inicialmente o território e subentende-se que o local teria sido em um tempo passado, ponto de resistência negra. A narrativa descreve os últimos momentos de vida de um escravo que teria sido enterrado semi-vivo e de pé, por capangas da estância onde trabalhava. O local onde ele foi enterrado se expandiu tornando-se o cemitério comunitário. O seu túmulo está demarcado por uma pedra e uma cruz de madeira, e passou a ser um ponto de oferendas onde os moradores depositam flores e acendem velas em troca de terem seus pedidos atendidos. Abaixo se encontra a narrativa descrita pela dona Maria Conceição líder da comunidade.

Pesquisador(a): O nome Maçambique vem da onde dona Maria?

Maria Conceição: Maçambique vem... Da onde que começa a história, por um escravo né? **Que tinha um escravo de nome Maçambique... Que é a primeira pessoa que foi sepultada ali onde é aquele cemitério.** Quando ele foi sepultado, quando enterraram ele ali, era mato, diz que era mato. Porque a história que contam é que **esse Moçambique vinha fugindo da onde da fazenda onde ele morava**, e mandaram pegar ele para levar de volta. Porque ali, acima da casa da Terezinha [moradora da comunidade] por ali naquela subida que tem, **tem assim um cerrinho de pedra ali que chamam o Cerro do Quilombo.** Que antigamente talvez tivesse um quilombo ali né? O que conta essa história é que **esse Maçambique vinha fugindo para aquele quilombo aqui.** Mas quando ele vinha por ali por perto daquele cemitério, ele viu que os outros iam alcançar ele. E contam que ele achou que de certo iam matar ele ou ele não queria voltar, sei lá. E **ele mesmo se enforcou em um cipó, mas o cipó rebentou com ele quando ele caiu no chão.** Tava, sei lá, não tava morto, ainda tava meio vivo né? E aí fizeram abrir uma cova, **diz que botaram ele em pé dentro dessa cova ainda meio vivo e juntaram umas pedras e botaram por cima dele.** Deixaram ele ali, e depois foram sepultando gente por ali, formaram o cemitério. Que ali tem família branca, tem negro, têm todos ali.

[...]Maria Conceição: Por causa que tinha aquela cruz grande, **as pessoas vinham colocar flor para os outros, sempre botavam flor para ele, acendiam vela. E gente fazia promessa pra ele e vinham ali sempre.** Ainda tem uma cruz grande, mas não é aquela que tinha o nome, data e tudo. [Essa] não tem mais né? (Maria Conceição Duarte da Rosa, líder da comunidade, 75 anos)

Esse é um dos principais demarcadores territoriais da comunidade, mas não o único uma série de outros pontos estão aparecendo nas narrativas, apontadas por famílias da área. O que aos poucos vai se transformando em um território negro, como



se fosse um jogo, um quebra cabeças onde se desvenda a terra que pertences as famílias assim como as terras expropriadas.

CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO DE MAÇAMBIQUE/ EXPROPRIAÇÃO DE SUAS TERRAS.

O Decreto que regi na Constituição Nacional diz que “*Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de Auto atribuição, com trajetória própria, dotada de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência á opressão histórica sofrida*” (Decreto nº 4887). Deixa claro que os membros da comunidade, tem que se auto-reconhecer Quilombolas, ou seja, descendentes de escravos e manter uma relação com o território em que vivem. São essas características que, concedem o direito à essas famílias rurais negras, de permanecerem nas terras, deixando de lado o primeiro decreto que exigia a comprovação das famílias no local antes da abolição da escravatura em 1988.

A ideia de uma ocupação do território anterior ao período da abolição se tornaria difícil, principalmente com a implantação da lei de terras de 1850². Muitas famílias escravas tiveram que se deslocarem, e, após a abolição, as necessidades econômicas forçaram a venda ou troca das terras. A ocupação de um território, pelas famílias negras rurais, pode ter ocorrido após a abolição, e, até mesmo ser recente; isso não significa que esta família não vivesse no local da comunidade, apenas foram mudando de lugar. No levantamento Sócio Antropológico³ realizado nas comunidades do RS em 2005, grandes partes das terras, das comunidades, aparecem como sendo provenientes de heranças, ou doações particulares, que podem ser abordadas de formas similares, e logo após a compra, e apropriação como refugio, que aparecem em pouquíssimos casos. (RUBERT, 2005).

Na comunidade de Maçambique, se tem alguns casos de doação de terras por parte de senhores aos filhos de criação (relação comum entre senhores e escravos), ou como herança deixada para filhos, fruto de relações entre a classe senhorial e (ex)

² A lei de terras deslegitimou a posse/ocupação como meio de acesso legal da terra no país, passando a ser a compra o único meio de adquirir terra, absolutizando o direito de propriedade e inserindo a terra, sob a forma de mercadoria.

³ “Diagnostico das comunidades negras rurais Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio Grande do Sul”, planejado e realizado no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – Programa RS Rural e EMATER/RS-ASCAR.



escravas. Assim como em outras áreas pode ter acontecido em função de as famílias garantirem a permanência de mão-de-obra em suas terras. Na pesquisa também aparece a presença de um número considerável de mães solteiras na comunidade que obviamente teriam recebido terra e partilhado entre os filhos e assim sucessivamente.

Toma-se como exemplo a entrevista de Dona Maria Vitorina conhecida como Fiinha, uma das moradoras mais antigas da comunidade neta de seu Eduardo. As terras onde ela reside foram se constituindo de várias maneiras. Segundo dona Maria Vitorina, primeiramente, seu Eduardo teria recebido como herança trinta braças (quarenta e três hectares) de terra, de seus pais adotivos (família Louzada Soares). Essa terra foi passada a seu avó Eduardo por sua mãe adotiva chamada de Cantídia. Parte dessas terras teriam sido passadas para a mãe de Dona Maria Vitorina, que diz que o resto da herança o próprio avó foi vendendo pedaço a pedaço ainda em vida. Diz que na época ele necessitava do dinheiro para sobreviver, onde um dos compradores teria sido Avelino Prestes, que seria dono de grande parte dos campos a volta. Anos mais tarde, Dona Fiinha teria ficado com 16 hectares de terras que seu marido comprou da sociedade que mantinha com outra família negra da região. O dono teria vendido a terra após o falecimento de suas esposa. Ela diz que na época trabalhavam muito e até conseguiam juntar um “dinheirinho” que permitiu a compra. Ressalta ainda que os campos na época não possuíam muito valor, o que se subentende que eram locais pouco férteis ou de difícil acesso que não serviam para a agricultura ou a pastagem para o rebanho.

Outro caso interessante na comunidade é a aquisição de terras por parte do casal Carmem e Junemar que também compraram e receberam terras como herança no local. Ele teria comprado parte das terras de um morador branco chamado Prudêncio Rodrigues Leal, que era um pequeno agricultor. Nas suas terras ainda há resquícios de sua tapera. A outra parte da terra Carmem teria recebido de herança após a morte de seu pai que era irmão de Dona Maria Conceição (líder da comunidade). As terras foram sendo constituídas pouco a pouco, juntando herança com compra o território da comunidade vai se configurando de formas diferentes.

Também há casos de famílias que não viviam mais na comunidade, e após alguns anos, voltaram em função da herança deixada por seus pais. É o caso de Dona Santa e Seu Siloca, que moravam em outras áreas distantes, mas acabaram voltando para a comunidade, para as terras que a mãe de Dona Santa deixou de herança. Segundo



relatos a sua mãe teria herdado as terras de seus pais, inclusive nasceu e se criou nas terras e veio a falecer com oitenta e um anos de idade, isso a mais de vinte anos atrás. Chega-se a conclusão que a terra pertencia a sua família a mais de 100 anos, podendo ter sido adquirida ainda no tempo da escravidão. Esse fato, também nos revela o enraizamento das famílias no local em função do território. Eles viveram em outros lugares, mas voltaram a morar nas terras pertencentes a seus ancestrais. A partir dessas fatos, se compreende a comunidade como local seguro, não somente neste caso mas em outros, percebe-se que membros das famílias desloca-se para o meio urbano ou outras regiões para trabalharem, estudarem mas seu pedaço de terra permanece na comunidade como garantia que ele possa voltar a qualquer momento.

Nestes três casos apresentados acima fica claro que a principal forma de aquisição da terra por parte das famílias foi compra ou herança. Como a pesquisa ainda esta em fase inicial e o número de famílias da comunidade é extenso, é provável que possa a surgir outras formas. Além disso, os mesmos, que receberam terras vão sofrer expropriação por parte de vizinhos. Mas os conflitos de terras transcendem a relação de parentesco, pois em alguns casos foram relatados que famílias negras teria se apropriado de terras de outras famílias.

EXPROPRIAÇÃO

A comunidade de Maçambique encontra-se em processo de regularização fundiária, pelo INCRA em busca do pleito pela posse da terra. Na seqüência dos acontecimentos descritos a cima, percebe-se que a metade sul sofreu fortes influências militar em relação à partilha de terras e que o negro em meio a estancieiros e logo após os imigrantes europeus, buscou formas de romper com as barreiras impostas a eles sobre a posse de terras. Assim como em outras regiões do país, no sul do RS, a chamada “brecha camponesa” se instaurou como forma de garantir um pedaço de terra onde pudessem praticar a agricultura para a sua própria sobrevivência. Reivindicações e protestos por jornadas de trabalho menores e pedaços de terras onde se trabalhassem aos domingos no cultivo de alimentos para si são alguns dos casos que aparecem como forma de ocupação de terras por parte de escravos. (REIS, J.J.; SILVA, E. 1989) Estudos recentes da historiografia apontam para uma serie de processo que teria resultado na apropriação de terras por escravos anteriormente a abolição. No sul Elem



Osório, nos diz que havia a presença de negros roceiros assim como campeiros que eram assalariados e em alguns casos adquiriam terras.

Com a implementação das políticas imigracionistas para a região sul, o choque de culturas foi inevitável, a expropriação de terras dos então chamados de “caboclos” ou “lavradores nacionais”, que constituíam as classes, pobres e excluídas como indígenas e negros (ex) escravos teriam sido empurrados para áreas improdutivas. (ZARTH, 2002). Os vários estudos indicam que esta colonização fomentou um modelo de agricultura alicerçada no produtivismo e em uma forma de uso dos recursos naturais que levam a sua exaustão. Este modelo se chocou com formas mais sustentáveis de uso dos recursos naturais, que constituem um dos aspectos da identidade étnica das comunidades negras rurais. Segundo Alfredo Wagner Almeida, *Não é por acaso que, quando se visita essas áreas designadas terras de preto, se percebe um grau de preservação da natureza maior do que nas fazendas lindeiras ou nos projetos agropecuários que desmataram tudo para formar pastagens artificiais.* (ALMEIDA, 2002 p.76)

Essas formas especiais de uso da terra são designadas de “terras tradicionalmente ocupadas”, que no RS, por ter sido um dos estados mais atingidos pela colonização e, depois, pela revolução verde, foram sendo esbulhadas e fragmentadas. Segundo Alfredo Wagner, as terras tradicionalmente ocupadas...

[...] compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias. (ALMEIDA, 2002, p.45)

Além disso, a lei de terras de 1850 agravou a estrutura agrícola da região, ou seja, possuía terras aqueles que podiam comprá-las, o que deixava uma grande parcela dos agricultores tradicionais da região de fora. Na época os colonos tornaram-se um negócio rentável, para a compra e venda de terras. Muitos possuíam dinheiro e era lucrativo aos estancieiros que se apossavam de terras de forma fraudulenta, para vendê-las aos imigrantes a um preço orbitantes.

A expropriação de terra dos lavradores nacionais era relativamente complexa. Não apenas se tratava da pura e simples usurpação de suas terras, como também a própria mercantilização do solo os afastava cada vez mais da posse de terra. Com a mercantilização de terra os próprios lavradores nacionais



acabariam vendendo seus lotes para imigrantes europeus, conforme se pode observar em vários locais. (ZARTH, 2004, p. 86)

Estudos realizados nas comunidades negras da região indicaram que as expropriações de terras acontecem de diversas formas. Neste artigo a antropóloga Rosane Rubert, identifica os principais mecanismos de expropriação das comunidades quilombolas: expropriação parcial ou total realizada mediante a intervenção direta do poder público ou com o aval deste; coação física direta, apoiada no poder de mando e aparatos repressivos particulares de fazendeiros ou ‘colonos’ locais; uso de relações clientelistas em situações de fragilidade das famílias negras em que dívidas são trocadas pela cedência de pedaços de terra; manipulação do código da escrita, pela indução a assinar documentos sem dominar o seu conteúdo, dado os altos índices de analfabetismo ou pelo extravio dos ‘papéis’.(RUBERT, SILVA, 2009, p. 256)

Isso, explica a redução de terras pertencentes as comunidades do RS, como aparece no relatório socioantropológico preliminar de 2005, que revela o tamanho das terras ocupadas pelas famílias negras na região. Se torna visível a desvantagens das famílias negras em relação as famílias brancas no meio rural. Com 55,2% apresentam uma propriedade de menos de 3 hectares e apenas 1,7% apresentam área igual ou superior a 20 hectares. O relatório ainda apresenta gráficos relacionados a fonte de recursos das famílias negras, que nos mostra que grande parte sobrevive da aposentadoria e que 91,4% se lança no trabalho sazonal “diarista” em empregos na região ou no meio urbano, e 60,3% sobrevive da agricultura. Conclui-se que a pouca terra que possuem não compensa a atividade da agricultura e que assim como em todo o meio rural as comunidades negras são compostas por idosos aposentados.

Na comunidade de Maçambique, foram encontrados alguns casos de expropriação de terras, levando em consideração que o número deve aumentar, já que a pesquisa se encontra no início. Os mesmos que adquiriram terras, como esta no relato acima, tiveram parte delas expropriadas. O seu Siloca e Dona Santa que obtiveram terras como herança de família, ha pouco tempo sofreram esbulho por parte de um de seus vizinhos. Já em outro relato feito por Dona Ide, uma senhora de 90 anos, diz que as terras de suas famílias foram expropriadas.

Seu Siloca, como é chamado, é um dos antigos moradores da comunidade, com 85 anos, em entrevista ressaltou que suas terras foram invadidas por um vizinho, de



origem alemã, e que dê de então entrou na justiça e não conseguiu reaver a parte expropriada. Essa terra foi deixada de herança para dona Santa (esposa de seu Siloca), e o que tudo indica a terra era muito maior e ao longo dos anos outras famílias foram se apropriando. O que dificulta é a falta de entendimento de algumas famílias, no caso do seu Siloca os documentos das terras não foram encontradas, o conflito foi para a justiça com audiência que deram a terra como perdida.

É comum as famílias deixarem de lado a parte burocrática, da terra até porque possuem pouco estudo. Em relatos foram mencionados alguns casos da falta de documentação das terras por parte das famílias negras, como descrito abaixo...

Pesquisador(a): vocês têm uma escritura?

Entrevistado (a) 1: é, que a gente não entende, é uma coisa muito antiga...

Entrevistado(a) 2: é do primeiro terreno que eu comprei aqui.

Entrevistado(a)1: é que ela não deu escritura, ela deu a antiga que era dela, ela não passou pra nós.

Entrevistado(a) 2: é na época tava atrasado os papeis...

Entrevistado(a)1: aqui ninguém entende nada, já pra quem tem um pouco mais de estudo vai entender logo...

Isso os torna vulneráveis a todo tipo de coação por parte de expropriadores. Em outros relatos, os moradores dizem que no passado não existia cercas e cada um sabia seu limite de terras, mas com a chegada de outros moradores, eles viram-se obrigados a demarcar seus territórios, a fim de controlarem a expropriação de terra. Isso indica que enquanto a comunidade era composta de uma rede de parentesco, não se tinha muitos conflitos por terras, até porque a lógica das terras de pretos, como são chamadas é outra. A terra vai sendo partilhada por seus membros que mantém uma relação comunal de suas terras.

Dona Maria Ide em uma das entrevistas relata que sua mãe teria recebido proposta de compra para suas terras pela família Prestes, no entanto ela recusou, pois não seria registrado em cartório apenas de [boca] como relata a senhora. Ela não teria aceito na época, mas com o tempo teria perdido suas terras para a mesma família. Essa terra (quatro hectares) teria sido comprada por seu pai, e após a morte do companheiro a sua mãe teria ficado com medo das ameaças feitas pela família Prestes. Conta Dona Ide que sua mãe ficava sozinha com as filhas enquanto os moços da família trabalhavam nas fazendas mais distantes. Sendo assim elas ficavam vulneráveis a todo tipo de amedrontamento feito com o intuito de fazer com eles abandonassem as terras. Eles invadiam suas terras para caça e assim iam se apropriando aos poucos. Sua mãe teria se mudado para as terras onde mora a Dona Fiinha.



Hoje as famílias se deparam com uma nova situação, que é o avanço das lavouras de pinus na região. O comprometimento da produção e da rotina das famílias é inevitável. Basicamente, muitos vivem da agricultura, onde o principal produto era o feijão complementado com o trabalho sazonal em alguns casos. Muitas das terras onde se mantinham contratos de arrendamentos com famílias da comunidade, até por uma questão de costume, tiveram as terras perdidas para o Pinus. Esse impacto não só afeta a produtividade da comunidade e sua estrutura, mas a paisagem da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto observa-se que ao longo dos anos, quem teve direitos a terra foram os brancos, tanto famílias açorianas colonizadores assim como os imigrantes europeus. O negro sempre ficou há margem da sociedade, principalmente na questão fundiária. Passados tantos anos já da abolição, apenas agora já no século XXI, está se dando a regularização de terras para as famílias descendentes de escravos, sendo que a tantos anos eles já estavam inseridos na estrutura fundiária plantando para os senhores ou até mesmo para si “Brecha Camponesa” deparando-se com vários obstáculos impostos a suas condições. O que importa dizer é que após tantos anos na indiferença, hoje as famílias estão adquirindo a terra, até mesmo como forma de ressarcimento por tudo que aconteceu no passado.

Percebe-se ao longo da pesquisa que esses territórios são dotados de afetividade, de experiências de vida, enraizamento por parte dos moradores que ali vivem. Que dentro de vários sentimentos, há também certa cumplicidade e reciprocidade entre os membros da comunidade, que na maioria das vezes parentes, que enfrentam as mesmas dificuldades. Embora algumas famílias já tenham indo embora, outras voltam para terras que ficaram de herança, como no caso de Dona Santa, pois é neste local que estão suas lembranças e as marcas de seus antepassados. Embora esses locais sejam devidamente marcados da forma deles, a expropriação é algo sempre presente. Tanto por vizinhos quanto por empresas o fato é que o território vai aos poucos se fragmentando.

REFERÊNCIAS:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AL- ALAM, C.C. **A negra força da princesa: policia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do Autor; Sebo Icára, 2008.

ANJOS, José C.G; Identidade Étnica e Territorialidade. In: ANJOS, José C.G; SILVA, Sergio.B (org). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade de negros e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares 2004.

BARCELLOS, Deise et. al. Quilombo, quilombo: matos, senzalas e roças na constituição de um território negro. In: **Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Fundação Cultural de Palmares, 2004.

BENTO, Claudio Moreira. **O negro descendência na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)**. Porto Alegre, Grafosul, Instituto Nacional do Livro, 1976.

CLAVAI, Paul. **Geografia Cultural**. 2ª ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.

GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: EDUFPEl/Mundial, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “do fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAESTRI, Mário Filho. **A servidão Negra**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul in. REIS,J.J; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NORA, Pierre. “**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993

OSORIO. H. **O império Português no sul da América: Estancieiros, lavradores e Comerciantes**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

REIS, J.J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

RUBERT, R. A. **Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre: RS-Rural / IICA, 2005.

RUBERT, R. A. **O acamponezamento como sinônimo de aquilombamento: o malgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul** in. GODOI, Emilia P; MENEZES, Marilda. A; MARIN, Rosa, A. (org). **Diversidades do Campesinato: expressões e categorias**: São Paulo: UNESP, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Série Antropologia**, n. 373. Brasília: UnB, 2005.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA Fº, Manuel Ferreira. Por uma Antropologia do objeto documental: entre “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 23. Porto Alegre, p. 37-50, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed Unijuí, 2002.